



1 ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS – Aos seis dias do mês de junho de
2 dois mil e dezessete, às dezoito horas e quinze minutos, na sala de reuniões,
3 situada à Rua: Balduino Taques, 445 – Centro. Realizou-se a sétima reunião
4 ordinária do Conselho Municipal de Saúde. **Presentes os Conselheiros Titulares:**
5 Diego Osmar Rodrigues, Jefferson Magno Pereira, Elaine Cristina Antunes Rinaldi,
6 Fábيا Cristine Rocha, Regina Rosa Pedrozo Rosa, Felipe Simão Pontes, Leandro
7 Soares Machado, Paulo Saincler Heusi, Márcia Cristina da Silva Rodrigues, José
8 Timóteo Vasconcellos Sobrinho, Inez Rosemari Safraide, Sueli Terezinha Mensen,
9 Leandro Santos Dias. **Presentes Conselheiros Suplentes:** Everson Milleo, Bruno
10 Cavasotti Almeida, Ana Caetano Pinto. **Participantes da Reunião:** Ailton José
11 Spitzni, Simone Neumann, Flor de Liz, Robson Xavier da Silva. O Presidente José
12 Timóteo Vasconcellos Sobrinho assume os trabalhos e procede a abertura da
13 reunião, cumprimentando a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura e Aprovação**
14 **da Ata da 7ª Reunião Ordinária. 2. Relatos Gerais. 3. Informes Gerais. 4.**
15 **Ordem do Dia. 4.1. Eleição da Vice-presidência. 4.2. Apresentação da Inscrição**
16 **da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa.** O senhor José Timóteo
17 Vasconcellos Sobrinho ao fazer a leitura da pauta informa que a Santa Casa de
18 Misericórdia de Ponta Grossa não fará sua apresentação. **1. Leitura e Aprovação**
19 **da Ata da 7ª Reunião Ordinária.** O Presidente José Timóteo Vasconcellos
20 Sobrinho diz que não poderá ser feita a provação da Ata por falta de quórum, tendo
21 em vista no momento termos somente 08 (oito) Conselheiros e necessitamos de 13
22 (treze). O senhor Paulo Saincler Heusi lê o Art. 17 – As reuniões plenárias do
23 Conselho, instalar-se-ão com a maioria absoluta (50% mais um do total), dos seus
24 membros, exceto quando da alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal
25 de Saúde de Ponta Grossa. § 1º - Não havendo quórum à realização da reunião, a
26 mesma terá início 15 (quinze) minutos após o horário previsto, com no mínimo 1/3
27 dos conselheiros titulares. Leu também o Art. 20 – As deliberações do Conselho
28 Municipal de Saúde de Ponta Grossa serão aprovadas pela maioria dos
29 conselheiros presentes em edições de votos, salvo o contido no Art. 29 deste
30 regimento. Sendo assim, com 08 (oito) conselheiros presentes tem-se quórum para
31 prosseguir a reunião. Dando sequência a pauta, à leitura e aprovação da Ata da 7ª
32 Reunião Ordinária. A conselheira Sueli Terezinha Mensen solicita que seja
33 colocado na íntegra o parecer da matéria “Pedido de Vistas, referente ao Relatório
34 Anual de Gestão (RAG) 2016”. A conselheira Márcia Cristina da Silva Rodrigues
35 questiona sobre o consórcio de medicamentos e foi informada que esse assunto já
36 foi e aprovado em reunião anterior. O conselheiro Leandro Santos Dias informou
37 que depois de aprovada não tem como alterar. O conselheiro Paulo Saincler Heusi
38 questiona a fala do conselheiro Diego Osmar Rodrigues sobre fazer ata das
39 reuniões da mesa diretora. Também questiona sobre a colocação do conselheiro
40 Felipe Simão Pontes sobre a sugestão de se manter a mesma comissão que já
41 trabalhou na análise do Regimento Interno. Questiona que comissão que se
42 comprometeu em apresentar o trabalho já feito. A conselheira Fábيا Cristine Rocha
43 esclarece que quando foi perguntado se a antiga comissão concordava em



44 apresentar o trabalho já feito, foi dito que sim, inclusive a conselheira Claudia
45 Cristina Saveli concordava com isso, o que ela não concordava era com a formação
46 de uma nova comissão. A conselheira Fábiana Cristine Rocha ainda disse que o
47 conselheiro Diego Osmar Rodrigues perguntou a ela, e às conselheiras Claudia
48 Cristina Saveli e Elaine Cristina Antunes Rinaldi se concordavam na apresentação,
49 elas concordaram. O conselheiro Diego Osmar Rodrigues solicita a supressão da
50 sua fala sobre a ata das reuniões da mesa diretora. Colocada em votação, foi
51 aprovada com as ressalvas solicitadas pelos conselheiros presentes. **2. Relatos**
52 **Gerais.** O conselheiro Diego Osmar Rodrigues passa a palavra ao senhor Robson
53 Xavier da Silva – Secretário Adjunto de Gestão em Saúde da Secretaria Municipal
54 de Saúde. O mesmo iniciou falando que sabe da necessidade de cumprir com o
55 regimento e com a colocação de matérias para a pauta das reuniões, mas diz que
56 está aqui para fazer a apresentação ao Conselho e pedir sua aprovação, pois a
57 Secretaria Municipal de Saúde (SMS) foi contemplada na última sexta-feira –
58 02/06/2017, com recursos que ainda não foram transferidos, mas com a sinalização
59 do Governo do Estado para a construção de 03 (três) Unidades de Saúde (UBS): a
60 primeira UBS em Olarias – Sady Macedo Silveira, que vai ser construída ao lado da
61 Biblioteca Pública Municipal, a segunda UBS no Bairro Dom Bosco, onde a
62 Prefeitura já tem um terreno que vai desafogar a UBS Egon Roskamp do Santa
63 Paula e a terceira no bairro do Santa Luzia – UBS Antonio Schwanzee que hoje é
64 uma unidade pequena e não reúne boas instalações para atender bem a
65 comunidade. Diz que veio até o CMS para pedir a aprovação da construção, pois
66 deverá ser encaminhada toda a documentação para a Secretaria do Estado da
67 Saúde (SESA) para anexar ao processo para que os recursos possam ser liberados
68 o mais rapidamente possível. É uma questão de colocar para aprovação do
69 Conselho a construção das três UBS e reunir toda a documentação solicitada e
70 encaminhar em tempo hábil à SESA, por ser uma questão emergencial, para que o
71 processo possa ser adiantado e possamos garantir o recurso. Pede para que
72 conste em ata sua apresentação e solicita aprovação do mesmo pelo Pleno. O
73 senhor José Timóteo Vasconcellos Sobrinho fala que no momento não tem como
74 aprovar a solicitação, pois não está na pauta e teria que passar pelo pleno. O
75 conselheiro Diego Osmar Rodrigues solicita ao senhor José Timóteo Vasconcellos
76 Sobrinho que substitua pela construção das três UBS o item 4.2. da pauta tendo em
77 vista que a Santa Casa de Misericórdia não fará sua apresentação. O senhor
78 Robson Xavier da Silva informa que serão repassados pelo Estado R\$ 750.000,00
79 (Setecentos e cinquenta mil reais) para a construção de cada UBS, é um projeto
80 básico padrão, com planta tipo 02 e todos os equipamentos. O conselheiro Leandro
81 Santos Dias fala que ninguém vai ser contra a construção de três UBS, mas que a
82 própria apresentação já macula a necessidade, e que os conselheiros ao
83 aprovarem a construção serão corresponsáveis. Por isso solicita documentos
84 relacionados ao repasse das verbas e projeto básico, para saber o que será
85 aprovado, qual será o verdadeiro fim e para onde irá o dinheiro. O senhor José
86 Timóteo Vasconcellos Sobrinho solicita ordem para que não tenhamos um debate



87 sobre o assunto que ainda não foi colocado em pauta. A conselheira Elaine Cristina
88 Antunes Rinaldi então solicita a todos os conselheiros presentes para que se
89 coloque em votação se o projeto apresentado pelo senhor Robson Xavier da Silva,
90 para a construção de três Unidades Básicas de Saúde deve entrar em pauta nessa
91 reunião. Colocado em votação, recebeu 10 (dez) votos a favor e 05 (cinco) votos
92 contrários. **3. Informes Gerais.** O senhor José Timóteo Vasconcellos Sobrinho dá
93 sequência à reunião, passa a palavra à conselheira Sueli Terezinha Mensen –
94 Coordenadora da Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos informa que não
95 houve reunião da comissão dia 30/05/2017 por falta de quórum tendo em vista que
96 só ela e o conselheiro Everson Milleo compareceram. Passa a fazer o relato sobre o
97 contrato 394/2016 da Empresa Hygea Gestão & Saúde Ltda: **Avaliação Mensal –**
98 **Metas Físicas:** A empresa alcançou 100 pontos nas seguintes metas: Grupo 1 –
99 Procedimentos Diagnósticos: Diagnóstico por laboratório clínico; Diagnóstico por
100 radiologia; Diagnóstico por ultrassom; e Diagnóstico por ECG. Grupo 2 –
101 Procedimentos Clínicos: Atendimento U/E at. especializada; Consultas com
102 observação até 24h. Grupo 3 – Procedimentos Cirúrgicos: Pequenas cirurgias.
103 Grupo 4 – Média e Alta Complexidade Hospitalar: Internações U/E; internações UTI.
104 Grupo 5 – Nº de Profissionais, conforme contrato: Profissionais presenciais;
105 Profissionais em sobreaviso. **Avaliação Mensal – Metas Qualitativas:** Avaliação
106 Mensal de Gestão e Desempenho na Área de Atuação. A empresa alcançou
107 pontuação máxima nos seguintes itens: Profissionais utilizam EPIs e identificação;
108 Profissionais cumprem diretrizes da NR 32 (OS SMS); Apresenta relatório de
109 produção dos procedimentos ambulatoriais do mês anterior, conforme BPA; Entrega
110 cópias da documentação dos profissionais (RG, CPF, Diploma, Título de
111 Especialista) para cadastro no CNES; Cumprimento dos fluxos de atendimento aos
112 pacientes que necessitem de internação e de transferências inter-hospitalares, de
113 forma articulada com a rede Hospitalar e Regulação; Cumprimento das Ordens de
114 Serviços e protocolos internos da Instituição; Utilização do sistema de informação
115 disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde (prescrições, evoluções, etc);
116 Apresenta resposta às manifestações da Ouvidoria, tomando providências junto aos
117 profissionais, quando necessário). **Relatório de Acompanhamento do Contrato**
118 **394/2016 – Empresa Hygea Gestão e Saúde Ltda:** Em conformidade com
119 deliberação do Conselho Municipal de Saúde para acompanhar o referido contrato.
120 No dia 18 de maio de 2017 ocorreu à reunião da comissão na sala da Secretaria
121 Municipal de Saúde, a avaliação foi pautada em quantitativa e qualitativa. Dados
122 apresentados pela fiscal do contrato Karen Marian da Costa Agner, extraídos do
123 Tasy, conforme informações da fiscal do contrato as metas estão em conformidade
124 com o pactuado no SISPACTO. a) Pautas da reunião contem considerações e
125 recomendações, a) Os resultados quantitativos e qualitativos expressam o realizado
126 no período de 01 a 30 de abril de 2017. b) A comissão, considerando os termos
127 contratuais, submete a avaliação à Secretaria Municipal de Saúde e fiscais de
128 contrato atestando que os índices foram alcançados, fazendo jus ao pagamento
129 integral de parcelas referente ao mês de abril de 2017. Dos fatos: ocorre que os



130 dados foram apresentados na reunião pela fiscal do contrato supracitado na
131 reunião, não foi entregue a ata da reunião, portanto desconheço o conteúdo da ata
132 tornando-se impossível atestar a veracidade das metas apresentadas. Para
133 finalizar, a conselheira Sueli Terezinha Mensen informa que irá analisar mais
134 documentos da citada empresa e informará o Conselho Municipal de Saúde sobre
135 sua avaliação. O conselheiro Leandro Soares Machado fala que juntamente com a
136 conselheira Sueli Terezinha Mensen estiveram na UBS César Rocha Milléo – Vila
137 Santana, para participarem da reativação do Comissão de Conselho Local, no dia
138 05 de junho, dando uma resposta à sr^a Nanci Ap^a Galhardi e alguns membros da
139 comunidade. Foi feita a reunião, vendo as dificuldades e vendo o que o conselho
140 local pode fazer, gerindo algumas dúvidas. Ficaram de reunir com a comissão para
141 depois voltar a marcar nova reunião com a UBS e comunidade com um prazo de 30
142 (trinta) dias. O conselheiro Diego Osmar Rodrigues informa que a 1^a Conferência
143 Estadual de Saúde da Mulher será dia 13/06/2017 em Curitiba; sobre o convite e
144 programação do COMAD para o Junho Branco, disponível no CMS; sobre o Edital
145 acerca da realização de Audiência Pública, que será realizada no dia 12/06/2017 -
146 às 14h00, na sede da Justiça Federal de Ponta Grossa relacionada à destinação
147 dos valores arrecadados a título de contrapartida da APMI/UNIMED; chegou para
148 monitoramento, ciência e análise do CMS o Relatório Detalhado do 1^o Quadrimestre
149 2017, para ser encaminhado à Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos. **4.**
150 **Ordem do Dia. 4.1. Eleição da Vice-presidência.** O senhor José Timóteo
151 Vasconcellos Sobrinho dando sequência à reunião sobre a eleição da vice-
152 presidência que se encontra vaga com a saída da conselheira Jiovany do Rocio
153 Kissilevicz, a conselheira Márcia Cristina da Silva Rodrigues pede a palavra e fala
154 que o cargo não está em vacância, em momento algum ele esteve em vacância,
155 pois ela foi nomeada no lugar da conselheira que saiu pede que conste em ata a
156 legalidade desta eleição. O conselheiro Diego Osmar Rodrigues informa que na
157 reunião anterior foi colocada em votação, inclusive com duas opções de ocorrer
158 essa votação e os conselheiros presentes na mesma deliberaram pela opção de os
159 interessados se candidatarem na hora da reunião. O conselheiro Leandro Soares
160 Machado lembra que a temática já foi alvo de discussão e diz que havendo
161 vacância do cargo, pode ser feita a inscrição no momento da pauta. Como a
162 conselheira Jiovany do Rocio Kissilevicz era conselheira e membro da mesa, uma
163 vez que ela saiu o cargo não fica com ela nem com a entidade, devendo haver uma
164 nova eleição para o mesmo. O conselheiro Leandro Santos Dias orienta que cabe a
165 conselheira Márcia Cristina da Silva Rodrigues entrar com recurso, no momento não
166 cabe questionar o pleno. O presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho abre as
167 inscrições para os conselheiros que quiserem se candidatar à vice-presidência:
168 primeiramente a conselheira Sueli Terezinha Mensen se candidata, a seguir a
169 conselheira Fábica Cristine Rocha. Com a candidatura da conselheira Fábica,
170 conselheira Sueli retira a sua candidatura. Colocada em votação, a conselheira
171 Fábica recebeu 12 (doze) votos a favor e 03 (três) abstenções. Sendo eleita então
172 pelo Pleno como vice-presidente da Mesa Diretora a conselheira Fábica Cristine



173 Rocha. Dando sequência a reunião, o conselheiro Diego Osmar Rodrigues solicita a
174 atenção de todos para a votação para a construção de três Unidades Básicas de
175 Saúde e passa à palavra ao senhor Robson Xavier da Silva, que esclarece que
176 cada UBS custará R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais) cada uma,
177 seguindo um projeto arquitetônico da SESA e toda a mobília também será fornecida
178 pela SESA, somando R\$ 2.250.000,00 (Dois milhões, duzentos e cinquenta mil).
179 Repetindo que a primeira UBS será em Olarias – Sady Macedo Silveira, que vai ser
180 construída ao lado da Biblioteca Pública Municipal, a segunda UBS no Bairro Dom
181 Bosco e a terceira no bairro do Santa Luzia – UBS Antonio Schwanzee. Que foi
182 somente na última sexta-feira que houve a informação que o Município seria
183 contemplado com essa verba. Entre toda a documentação a ser apresentada junto
184 a SESA está à aprovação do envio da documentação pelo Conselho Municipal de
185 Saúde. Solicita que aprovar o recebimento por parte da prefeitura da construção
186 das 03 (três) Unidades Básicas de Saúde, não implica em nenhuma
187 responsabilidade ao Conselho Municipal de Saúde, porque é pura e simplesmente a
188 transferência de um recurso, porque a responsabilidade depois de todo o processo
189 licitatório de construção das UBS será da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa /
190 Secretaria Municipal de Saúde, claro que toda a documentação será apresentada
191 em data oportuna ao CMS. Por hora é somente para acelerar o processo, para que
192 a rubrica não vá para outros Municípios. O conselheiro Jefferson Magno Pereira
193 informa que o projeto já vem pronto e aprovado do Estado, não podendo ser
194 mudada nem a cor, sendo um dinheiro que já vem carimbado para construção de
195 UBS, diz não ver preocupação e solicita aprovação dos conselheiros. O conselheiro
196 Leandro Soares Machado diz que independente da votação, solicita que esse
197 projeto seja enviado aos conselheiros até mesmo por e-mail. Que ficou uma dúvida
198 no seguinte: é um pleito dessa verba ou ela já está disponível. Se já é uma verba
199 carimbada, estando disponível ou uma parcela está destinada à construção de UBS
200 e o Município está requerendo. O senhor Robson Xavier da Silva diz que é um
201 pleito junto ao Conselho e que junto ao Estado já está aprovado. O conselheiro
202 Jefferson Magno Pereira diz que o Estado disponibiliza o recurso para a construção
203 de Unidades de Saúde padrão naquele projeto nada podendo ser mudado, nem a
204 cor. O recurso vem para ser construída a Unidade de Saúde aonde o Município
205 escolheu. O Município somente informa o local onde vai ser construída a unidade.
206 O senhor Robson Xavier da Silva diz que o montante somente estará disponível
207 desde que se entregue toda a documentação, a escritura do imóvel, aí o recurso
208 estará aprovado; aí faz-se a transferência via fundo. O conselheiro Leandro Soares
209 se posiciona de que havendo a perspectiva de que primeiro pegaremos o recurso,
210 depois vai fazer a aplicação, como é só um mero pleito, pode ser que o Município
211 não atinja os critérios. É importante que independente da votação de hoje, seja
212 encaminhado aos conselheiros o projeto básico da construção das UBS. Uma vez
213 aprovado pelo Conselho, solicita que seja nomeado um representante do mesmo
214 para que acompanhe como se dará todo o andamento do projeto, para que tenha
215 um membro da Comissão de Fiscalização. O conselheiro Felipe Simão Pontes



216 pergunta o que realmente estão solicitando: a aprovação do pleito do recurso; a
217 aprovação do projeto; a autorização para solicitação do pedido. O senhor Robson
218 Xavier da Silva diz que primeiro: o projeto é um projeto padrão da própria SESA;
219 segundo: as localidades onde serão construídas as três unidades seguiram critérios
220 técnicos e de necessidades. O que se pede é que se tenha uma apresentação no
221 Conselho Municipal de Saúde de que o Município encaminhará a documentação
222 para a SESA para aprovação do projeto e da construção dessas Unidades Básicas
223 de Saúde e que o Conselho foi informado e passou pelo mesmo a proposta de
224 construção das UBS. Para que depois o Conselho informe que não tem ciência ou
225 não foi informado, que não passou pelo CMS a apresentação da proposta de
226 construção destas UBS nestas localidades. O conselheiro Paulo Saincler Heusi diz
227 que o senhor Robson Xavier da Silva está pedindo uma autorização para
228 encaminhamento de documentos, pleiteando a construção das três unidades, não
229 sendo reforma de nenhuma unidade já existente. Com a palavra a conselheira Sueli
230 Terezinha Mensen, diz ser favorável a melhorias na área da saúde, mas por outro
231 lado, fica receosa com os dizeres do senhor Robson, dizendo que foi somente uma
232 apresentação, o que ela discorda, pois para apresentação faltaram documentos,
233 que o mesmo veio somente fazer uma fala do assunto. Diz não sabermos os
234 critérios que envolvem o projeto, que fica difícil aprovar uma questão que
235 desconhece. Então solicita que no mínimo se mande essa documentação para que
236 se possa ser votado, pois no seu ponto de vista é *como se assinar um cheque em*
237 *branco* (sic). Sendo perigoso isso para os conselheiros, que se for o caso marca-se
238 uma reunião extraordinária para aprovação. O conselheiro Diego Osmar Rodrigues
239 solicita ao pleno que poderíamos colocar a autorização da proposta em votação da
240 construção das três Unidades Básicas de Saúde, com a ressalva que serão
241 enviados os Projetos Básicos ao Conselho Municipal de Saúde para
242 acompanhamento. O senhor Robson Xavier da Silva diz que os projetos básicos
243 estão disponíveis no site da SESA por serem padrão. O presidente José Timóteo
244 Vasconcellos Sobrinho diz que no seu entender seria somente uma autorização
245 para a construção, sem aprovação do projeto em si, só encaminhamento. Quando
246 for para aprovar o projeto, deve vir à documentação e a mesma ser encaminhada
247 para as devidas Comissões, que farão sua análise e encaminharão para o Pleno
248 para ver se aprovam ou não. Isso deve ser feito para que amanhã os conselheiros
249 não sejam prejudicados. O conselheiro Jefferson Magno Pereira informa que a
250 fiscalização parte da Secretaria de Saúde do Estado tendo em vista o recurso ser
251 Estadual, através de um engenheiro do Estado. O conselheiro Leandro Santos Dias
252 diz que o problema central é político, tendo em vista a maneira como a Secretaria
253 Municipal de Saúde trata o Conselho Municipal de Saúde, querendo apresentar
254 tudo certinho, dentro da Lei, aprovado pelo Conselho, agora se já tem um projeto
255 aprovado, se já tem documentação, se na sua fala o senhor Robson diz: nós
256 queremos nos adiantar. A impressão é que tudo já está pronto, porque da parte da
257 SMS não encaram os conselheiros como encaram a SESA e apresentam toda a
258 documentação para ser aprovada, aí se chegaria a um entendimento, pois ninguém



259 em sã consciência quer prejudicar a saúde do Município. O presidente Sr. José
260 Timóteo Vasconcellos Sobrinho, reforça que não há como aprovar o projeto, pois há
261 uma Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos que não se pode passar por
262 cima, o Pleno pode deliberar a respeito da votação. O senhor Robson Xavier da
263 Silva cita em consideração aos conselheiros e entende que quando se coloca que a
264 questão é política, infelizmente o tempo político e o tempo administrativo são um e
265 o tempo do Conselho é outro. Quando fala que nós queremos nos adiantar, diz que
266 nós estamos pleiteando junto ao Estado, junto ao Ministério da Saúde a reforma,
267 ampliação e construção de Unidades de Saúde e que na semana passada por uma
268 questão política e iniciativa própria um Vereador junto a um Deputado Estadual e ao
269 Governador conseguiu essa verba. A nossa parte enquanto Secretaria Municipal de
270 Saúde é reunir toda a documentação solicitada, para que a SESA possa analisar e
271 aí dar a resposta se está tudo em ordem. Aí nessa parte o Conselho será
272 fundamental, pois no momento, pois questões políticas o dinheiro ainda não está
273 disponível, quando fala em agilizar, é para não perder o repasse. O presidente Sr.
274 José Timóteo Vasconcellos Sobrinho diz que vai encaminhar o mesmo para a
275 Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos. O conselheiro Jefferson Magno
276 Pereira diz que após a votação haverá o encaminhamento da documentação para a
277 Secretaria de Estado da Saúde e depois para os trâmites legais, pois o projeto só
278 será depois do recurso aprovado, solicita a votação autorizando o envio da
279 documentação. O presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho coloca em
280 votação a proposta: Aprovada por 12 (doze) votos a favor, 01 (um) voto contrário do
281 senhor José Timóteo Vasconcellos Sobrinho e um (uma) abstenção, quanto ao
282 envio à SESA da documentação para a construção das 03 (três) Unidades Básicas
283 de Saúde. Por fim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde – Sr. José
284 Timóteo Vasconcellos Sobrinho deu por encerrada a reunião às 19h56min.